



Segundo Relatório Anual
do
Contrato de Gestão celebrado entre
o
MCT e o IDSM-OS

- Exercício de 2002 -

Tefé (AM)
Janeiro e fevereiro de 2003

CONTEÚDO DESTE RELATÓRIO

APRESENTAÇÃO	Página 3
1.SUMÁRIO EXECUTIVO	Página 5
2.REALIZAÇÕES DO PERÍODO	Página 8
2.1. Resultados Financeiros Resumidos	Página 8
2.2. Performance Sumarizada dos Indicadores	Página 9
2.3. Principais Atividades do Período, Desempenho dos Indicadores e Alcance das Metas	Página 11
2.4. Relatório Financeiro	Página 35
2.5. Outros Acontecimentos Relevantes do Período	Página 38
3.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	Página 39
Apêndice 1 - Produtos de disseminação	Página 40
Apêndice 2 - Eventos de disseminação	Página 41
Apêndice 3 - Produção científica do período	Página 43
Apêndice 4 - Pesquisas científicas em curso	Página 48
Apêndice 5 - Listagem do pessoal do IDSM	Página 55
Apêndice 6 - Balanço Financeiro do período	Página 59
Apêndice 7 - Indicadores e Metas para 2003	Página 65

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MAMIRAUÁ
IDSM-OS**

DIRETOR GERAL José Márcio Ayres

DIRETORA ADMINISTRATIVA (E DIRETORA GERAL EM EXERCÍCIO) Ana Rita P. Alves

DIRETORA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS Andréa Pires

DIRETOR TÉCNICO CIENTÍFICO Helder L. Queiroz

COORD. DE QUALIDADE DE VIDA Edila Moura COORD. DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIO-ECONÔMICA Isabel Souza COORD. DE MANEJO DA PESCA Guillermo Estupiñàn COORD. DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO Andréa Pires COORD. DE AGRICULTURA FAMILIAR Kayo J. C. Pereira COORD. DE INFORMÁTICA Francisco M. Freitas Jr.	COORD. DE PESQUISA E MONITORAMENTO Helder L. Queiroz COORD. DE ECOTURISMO Nelissa P. Bezerra COORD. DE OPERAÇÕES Josivaldo Modesto COORD. DE RECURSOS HUMANOS Dolly D. Sá COORD. DE FINANÇAS Lídia S. P. Paula COORD. DE CONTABILIDADE Selma Freitas
---	---

APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de 2002 é o relatório do Contrato de Gestão MCT/IDSM-OS no seu segundo ano de vigência. Este relatório é encaminhado ao órgão supervisor pelo Presidente do Conselho de Administração do Instituto Mamirauá após apreciação e aprovação daquele Conselho em reunião ordinária.

Enquanto os primeiros seis meses de 2002 foram caracterizados especialmente pela alteração nos indicadores que medem o desempenho institucional da OS, e por uma grande mudança na base de financiamentos do Instituto Mamirauá, o segundo semestre do ano foi marcado pela adaptação do Instituto aos novos níveis de financiamento e de disponibilidade de recursos. O ano findou com as mudanças administrativas no Órgão Gestor em decorrência da troca das equipes de governo.

Como houve uma acentuada redução no aporte de recursos oriundos de fontes externas, e também uma frustração nas expectativas de recursos de origem governamental, ao final do primeiro semestre de 2002, a difícil tarefa de implantação de um Instituto de Pesquisas no interior da Amazônia mostrou-se ainda mais desafiadora do que o esperado. Entretanto, parte das expectativas de transferências de recursos de origem governamental se confirmaram ao final do segundo semestre, o que permitiu um melhor ajuste financeiro do IDSM, embora o exercício tenha se concluído de maneira bem menos positiva que o projetado.

O desempenho geral do IDSM sofreu com a redução geral de aporte de recursos. Apesar disso, os impactos desta redução foram ainda moderados, quando se considera as novas metas pactuadas com o MCT no início de 2002. Na atual conjuntura, não há certeza de quando o IDSM poderá contar novamente com uma situação de amplo financiamento.

Apesar deste cenário temerário, que já se esboçava em fins do primeiro semestre de 2002, seguindo recomendações da Comissão de Avaliação do Relatório Semestral de 2002, o IDSM pactuou com o MCT em dezembro último um Termo Aditivo ao Contrato de Gestão visando o exercício de 2003. Neste Termo Aditivo de 2003 foi elaborado um novo quadro de metas, mais desafiadoras, e pequenas alterações nos indicadores atualmente em vigência. Estas mudanças estão válidas desde início de 2003, e serão já incluídas no próximo relatório semestral.

Tanto esta questão do financiamento institucional, quanto o novo contexto de indicadores e metas mais desafiadores adotadas, encontram-se registrados neste relatório. Aqui também estão registrados

os desempenhos excepcionalmente altos de alguns indicadores, as metas atingidas, e aquelas que não foram atingidas em sua plenitude.

Desta forma, embora mostrando grandes realizações no ano de 2002, este relatório também indica os primeiros sintomas de problemas sérios que serão sentidos em maior intensidade num futuro próximo. Estes são dificuldades concretas, com impedimentos para que as metas novas anuais sejam atingidas, especialmente em decorrência dos níveis de financiamento previstos. As sugestões para contornar estes problemas são aqui colocadas, e poderão servir para novas e proveitosas discussões com o órgão supervisor.

A Diretoria
Tefé, janeiro de 2003

1.SUMÁRIO EXECUTIVO

O Contrato de Gestão entre o MCT e o IDSM-OS transcorreu satisfatoriamente durante 2002. Além disto, no exercício de 2002 podem ser destacados os seguintes pontos:

1 – Logo ao início do período deu-se a negociação de um novo Quadro de Indicadores e Metas com o órgão supervisor (MCT), em Brasília, junto à negociação de uma proposta de Termo Aditivo. O quadro de Indicadores e Metas foi aprovado com pequenas modificações, enquanto a proposta de Termo Aditivo foi bastante alterada uma vez que os representantes do MCT consideraram que o Ministério não poderia concordar.

2 – O Sr. Presidente da República, sua esposa, e respectiva família, junto a um casal de amigos, realizaram uma visita de caráter pessoal à RDSM durante o carnaval de 2002. O grupo permaneceu por dois dias na Pousada Uacari. Embora a visita tenha sido não-oficial, obviamente trouxe grandes reflexos para a sedimentação do IDSM, para o reconhecimento do modelo de conservação da biodiversidade e uso sustentado dos recursos naturais adotados pelo Mamirauá, e para divulgação da própria reserva e dos trabalhos lá realizados.

3 – O resultado dos indicadores de desempenho de 2002 pode ser considerado muito bom de uma forma geral. Praticamente todos os indicadores atingiram ou extrapolaram as metas anuais ainda durante a primeira parte do ano. Esta situação excepcionalmente boa pode ser enganosa, e deveu-se à intensificação dos trabalhos no primeiro semestre, a partir da constatação de que os recursos financeiros que custearam a quase totalidade das atividades do IDSM iriam terminar (por conta do final de um acordo de 10 anos com o Governo Britânico). Em face disto, foi ampliada a base de gastos mensais e foi realizado um esforço adicional para executar o máximo possível do Plano Anual de Trabalho ainda no primeiro semestre do ano. Neste período o Instituto operou em capacidade máxima de atividades, embora já com níveis de financiamento inferiores àqueles observados ao longo de 2001. Entretanto, com o término da situação de “pleno financiamento” alguns poucos indicadores tiveram seu desempenho diminuído, e estas metas não puderam ser atingidas completamente.

4 – Conforme mencionado no ponto anterior, em fins do primeiro semestre de 2002 ocorreu o final do financiamento DFID (Grã-Bretanha), que apoiou o Mamirauá por 10 anos e que propiciou grandes conquistas para a conservação e o desenvolvimento sustentado da Amazônia. Este término trouxe a redução do regime de gastos do IDSM em um terço dos níveis mensais de 2001. Conseqüentemente foi dada prioridade às atividades cujos resultados traziam reflexos para os

indicadores do IDSM, enquanto outras atividades tiveram que ser interrompidas ou foram simplesmente canceladas.

5 – Deu-se continuidade à implementação dos procedimentos para administração e controle. Um serviço de compras e uma auditoria interna/controladoria foram devidamente instaladas em Tefé. Além disso, todas as instruções dos auditores independentes e da auditoria da Secretaria Federal de Controle foram seguidas.

6 – Foi dada continuidade à construção da sede definitiva do Instituto. Os serviços contratados para formação da infra-estrutura básica do terreno foram interrompidos, por conduta indevida e quebra de contrato por parte do vencedor do processo licitatório conduzido pelo IDSM em conjunto com o MCT, contra quem o IDSM agora move uma ação judicial. Por outro lado, o Mamirauá foi agraciado com a aprovação de sua proposta ao CTInfra que possibilitará a construção da primeira edificação (do conjunto total de 18) que comporá a sede definitiva do IDSM em Tefé. A contratação dos recursos do CTInfra, inicialmente prevista para o segundo semestre de 2002, não foi realizada devido ao temporário congelamento dos Fundos Setoriais e de sua gerência pela FINEP. Espera-se que os trâmites de contratação da construção do primeiro edifício da nova sede de Tefé sejam retomados no início do exercício que ora se inicia.

7 – A pedido da Direção Geral do IDSM, foi encaminhada ao Conselho de Administração, e aprovada, a criação de uma nova diretoria para o Instituto Mamirauá. A Diretoria de Alternativas Econômicas, que passa a ser dirigida por Andréa Pires, Coordenadora do Programa de Manejo Florestal Comunitário, nomeada pela Direção Geral para desempenhar a função.

8 – Conforme mencionado no preâmbulo, em fins do primeiro semestre de 2002 foram detectados os primeiros problemas de fluxo de recursos e de transferência de fundos para cumprimento do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Houve uma redução de cerca de 30% no valor das parcelas mensais transferidas, o que acarreta na inexistência de fundos para custear as atividades da OS. Os níveis pactuados em janeiro só foram restaurados em novembro e dezembro de 2002.

9 – Dando prosseguimento ao Convênio entre o SCM e o CNPq, as obras direcionadas a minimizar os danos conseqüentes da quebra de contrato mencionada anteriormente (item 6) e para conclusão do revestimento das vias internas da futura sede estão concluídas. As obras da ponte que compõe o sistema viário estão bastante adiantadas, e a ponte deverá ser concluída dentro de mais dois meses.

10 – Em continuidade ao programa de capacitação de seus membros, alguns coordenadores do IDSM afastaram-se de suas funções para

dedicarem-se à pós-graduação. Foi o caso dos coordenadores do Programa de Ecoturismo e do Programa de Agricultura Familiar. Houve também a substituição do coordenador do Programa do Manejo de Pesca, que se desligou do IDSM por motivos particulares. Em função disto, o Instituto abriu novas vagas para seus programas de pesca, de agricultura, de ecoturismo e de manejo florestal.

11 – Em dezembro de 2002, um novo Termo Aditivo foi pactuado com o MCT. Embora o Termo Aditivo de 2003 represente um incremento de cerca de 30% em relação ao Termo Aditivo de 2002, ele ainda se mostra insuficiente para fazer frente às principais necessidades de manutenção das atividades e pessoal. Por este motivo, ainda não foi possível enquadrar os funcionários contratados, e absorver os membros pesquisadores e extensionistas, que ainda são bolsistas em sua grande maioria.

12 – O Diretor Geral do IDSM, Dr. José Márcio Ayres, foi agraciado com o Prêmio Rolex por suas realizações no âmbito da ciência para conservação. A premiação se deu em Tóquio no mês de outubro de 2002, com ampla divulgação da imprensa e documentário apresentado em todo o mundo pelo National Geographic Channel.

2.REALIZAÇÕES DO PERÍODO

As realizações do ano de 2002 são aqui divididas em dois âmbitos. O dos resultados financeiros e o do desempenho institucional, que são apresentados separadamente a seguir.

2.1.Resultados Financeiros Resumidos

Conforme será melhor explorado no Relatório Financeiro mais adiante, no primeiro semestre do ano destacou-se a existência de um saldo do exercício de 2001 que tornou possível que o IDSM fizesse frente à diminuição do aporte de recursos esperados. Obviamente esta solução não possui caráter de sustentabilidade, e portanto não pode ser considerada uma forma costumeira do Instituto solucionar problemas de caixa.

Os repasses de recursos do Contrato de Gestão de 2002 foram suficientes apenas para complementar os repasses provenientes de fontes externas, e tornar possível a realização das atividades rotineiras do IDSM. Outros gastos programados para 2002, como a contratação dos pesquisadores e extensionistas, ou como a manutenção da infraestrutura física do instituto, não foram executados por insuficiência de recursos. Mesmo assim, ao fim de 2002 um novo Quadro de Indicadores e Metas, com caráter mais desafiador, foi pactuado com o MCT durante as negociações do Termo Aditivo de 2003.

Um novo acordo, construído sobre novas bases, deverá ser negociado com o órgão supervisor ainda em 2003 para permitir não apenas o cumprimento do estabelecido neste novo Quadro de Indicadores e Metas, como também permitir a continuidade da própria vida institucional, com a execução da programação cancelada em 2002.

Abaixo está apresentado um quadro demonstrativo resumido com as receitas e despesas do período, e os referidos saldos, que será melhor explorado mais à frente, no item 2.4.

2.2. Performance Sumarizada dos Indicadores

Na tabela abaixo estão colocados os **Indicadores de Desempenho**, e suas **Metas** para 2002, conforme pactuado em janeiro de 2002 na elaboração do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão. Encontram-se também na mesma tabela as respectivas situações iniciais (V0) de cada indicador. Registrado igualmente o resultado das ações realizadas no período coberto por este relatório e seu impacto sobre o estado atual de cada indicador com referência à sua meta pactuada.

NOVOS INDICADORES	Unidade	Peso	V0	Metas para 2002	Alcançado Em 2002	Grau de Alcance da Meta
1- Proporção de normas aprovadas na assembléia geral anterior, pactuados com o MCT, que foram efetivamente postas em prática ao longo do ano com apoio das comunidades.	%	3	70	70	75	107%
2- Número de tipos de produtos de disseminação de conhecimentos produzidos sobre as experiências de trabalho sobre a conservação da biodiversidade e manejo sustentado de recursos naturais.	N	2	6	5	11	120%
3- Eventos promovidos pelo IDSM (locais, regionais, nacionais e internacionais) de disseminação dos resultados do manejo sustentado dos recursos naturais.	N	2	12	15	66	340%
4- Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Comercialização do Pescado – PCP.	N	3	43	50	175	250%
5- Número de famílias beneficiadas com o manejo florestal comunitário – PMFC.	N	3	58	100	124	124%

6- Número de famílias beneficiadas com as atividades de agricultura sustentada – PAF.	N	3	100	120	255	212,5%
7- Aumento do poder de compra das famílias beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo.	N	2	17	19	24,5	128,9%
8- Número de famílias beneficiadas com venda do artesanato.	N	1	24	31	34	109,6%
9- Índice de mortalidade infantil.	N	3	40	35	36	87,5%
10- Índice de poli-parasitismo intestinal (em cinco comunidades amostrais).	%	1	50	40	51	(-2%)
11- Publicações e obras científicas.	N	2	20	25	47	188%
12- Projetos de pesquisas desenvolvidos.	N	3	10	20	49	245%
13- Diversificação das fontes de financiamento (relação entre recursos governamentais e recursos totais).	%	2	50	50	27,8	155,6%
14- Proporção de funcionários da área administrativa no total de funcionários do IDSM.	%	1	20	20	18,5	107,5%
15- Proporção anual máxima da cobertura vegetal da(s) área(s) focal(ais) convertida por pressão antropogênica.	%	3	2	3	2,01	133%

%- Percentual.

N- Número.

2.3. Principais Atividades do Período, Desempenho dos Indicadores e Alcance das Metas

O Quadro de Indicadores e Metas que esteve em vigência durante 2002 foi distinto daquele de 2001. Para melhor compreendermos, o desempenho desses novos indicadores e o grau de alcance das metas ao longo do último exercício, que é o principal objeto deste relatório, é necessário que os indicadores sejam abordados no contexto dos **Macro-processos** definidos para a ação do IDSM.

Os novos Macro-processos, dentro da mesma abordagem que gerou as propostas de revisão para o Termo Aditivo de 2002, foram considerados mais adequados para representar as diferentes vertentes da atuação do Instituto Mamirauá que os anteriores. São eles:

Macro-processo 1-Apoio à Regulamentação

Macro-processo 2-Informação

Macro-processo 3-Desenvolvimento de Alternativas Econômicas
com Uso Sustentado dos Recursos Naturais

Macro-processo 4-Promoção da Melhoria da Qualidade de Vida
dos Moradores e Usuários

Macro-processo 5-Pesquisas Voltadas para Conservação da
Biodiversidade e Uso Sustentável de Recursos Naturais

Macro-processo 6-Desenvolvimento Institucional

Macro-processo 7-Proteção da Biodiversidade

Dentro destes Macro-processos é que estão definidos os Indicadores que passam a ser individualmente revistos a seguir.

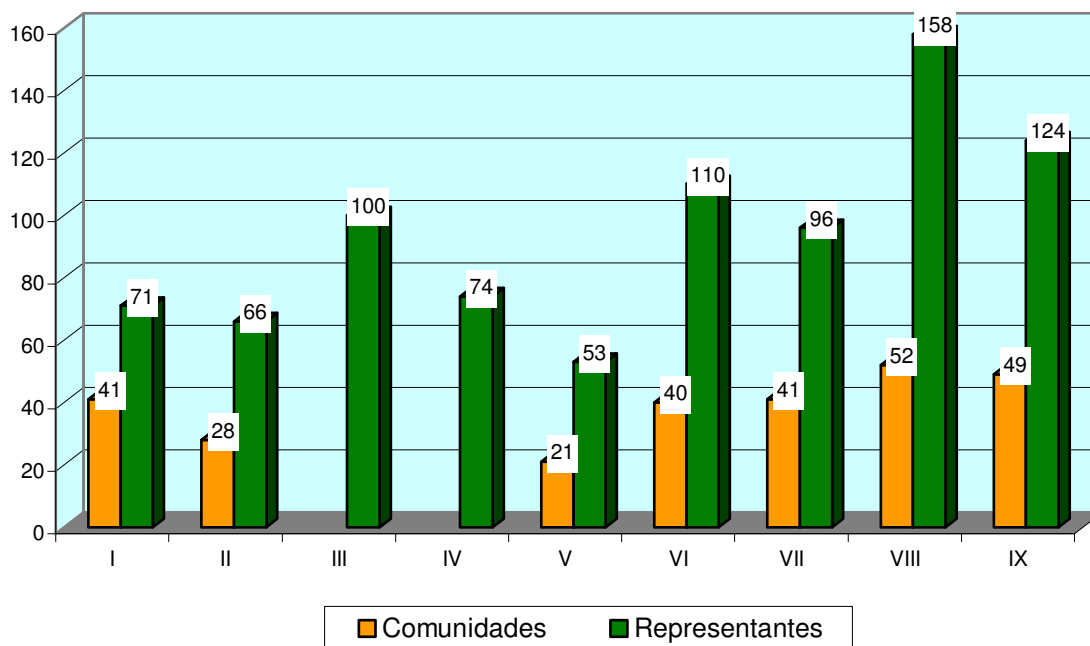
2.3.1. APOIO À REGULAMENTAÇÃO

Este Macro-processo refere-se às ações de fortalecimento do apoio da população tradicional local ao manejo sustentado dos recursos naturais, considerando-se o processo de negociação com as lideranças comunitárias com base em resultados das pesquisas científicas sobre o uso dos recursos, as ações de fiscalização das áreas protegidas com apoio das lideranças comunitárias e o envolvimento de segmentos sociais das áreas de entorno da reserva nas medidas conservacionistas, através da disseminação dos resultados das ações de manejo sustentado.

Os resultados dos investimentos realizados têm demonstrado que, uma vez construídos de maneira participativa, os regulamentos são legitimados socialmente e passam a se constituir em elementos de sustentabilidade do processo.

Constituem-se como partes integrantes deste Macro-processo, portanto, as ações que são acompanhadas pelos extensionistas do Instituto Mamirauá, integradas às atividades dos pesquisadores, direcionadas à gestão participativa do uso sustentado dos recursos naturais. Este trabalho realiza-se através de um acompanhamento periódico das reuniões realizadas nos setores comunitários com a orientação às práticas de manejo sustentado, e culminam na realização da Assembléia Anual das Comunidades, quando são deliberadas as grandes questões de manejo. Na Reserva Mamirauá já foram realizadas nove Assembléias Anuais, no período compreendido entre 1993 e 2002, e o número de participantes oscilou ao longo destes anos (veja figura 1) em decorrência da maior ou menor polêmica em relação aos pontos em pauta em cada Assembléia. Na Reserva Amanã, foi realizada apenas uma assembléia geral até o momento, refletindo o estágio inicial em que se encontra a implementação dessa Reserva.

Figura 1. Evolução da participação dos comunitários nas Assembléias Gerais Anuais da Reserva Mamirauá, por comunidades e número de representantes (1992 a 2002)



A Área Focal da Reserva Mamirauá, que compreende 260.000 ha, é utilizada por 63 comunidades de moradores e usuários que estão organizados politicamente em oito setores. Cada comunidade tem seu líder e cada setor tem dois líderes. A estrutura política do manejo sustentado dos recursos compreende a negociação com as lideranças e demais comunitários, nas reuniões setoriais, que se realizam a cada dois meses.

A pauta das discussões a serem feitas na Assembléia Geral é definida nas reuniões preparatórias realizadas em cada um dos setores nos quatro meses que antecedem a Assembléia Geral. As questões que dizem respeito apenas aos setores, como por exemplo o uso dos lagos do setor para exploração dos recursos, são definidas nessas reuniões setoriais, pela necessidade de envolver maior número de participantes locais nas negociações, e pelas peculiaridades espaciais, o que se torna impossível ser considerado em todas as suas particularidades no decorrer de uma Assembléia Geral.

As decisões tomadas nas Assembléias Gerais devem ser respeitadas pela maioria dos comunitários. Algumas dessas decisões envolvem o comprometimento do IDSM na alocação de recursos financeiros e de pessoal técnico para o apoio às atividades, em especial, as de fiscalização da área protegida e de continuidade de investimentos nas propostas de alternativas econômicas e de tecnologias apropriadas. Essa pactuação entre lideranças comunitárias e a equipe técnica do IDSM requer um constante deslocamento de ambas equipes entre a cidade de Tefé, sede do IDSM, e os diversos

setores da reserva. Em todas as reuniões setoriais há sempre a presença de um ou mais membros integrantes dos programas de organização sócio-política e de qualidade de vida do IDSM.

Assim sendo, a definição de um indicador deste processo, considerado como fundamental para a missão do IDSM, ficou sintetizada na identificação da proporção das normas aprovadas que foram efetivadas pelas comunidades.

Este Macro-processo é, portanto, acompanhado através do seguinte indicador: Proporção de normas aprovadas na assembléia geral anterior, pactuados com o MCT, que foram efetivamente postas em prática ao longo do ano com apoio das comunidades.

Este indicador fundamenta-se no princípio de que quanto maior for a proporção de normas aprovadas pelos comunitários na Assembléia Geral imediatamente anterior, postas efetivamente em prática no ano subsequente, maior será a consolidação do gerenciamento participativo quanto ao uso sustentado dos recursos naturais da reserva.

Considerando-se que o número de normas a serem aprovadas nas Assembléias Gerais é variável a cada ano, ficou definido com a Comissão de Avaliação do MCT que anualmente seriam pactuadas, quais, dentre as várias normas aprovadas pela Assembléia do ano anterior, seriam objeto de acompanhamento para avaliação de desempenho. Esta orientação foi recebida no decorrer de 2002, sem que tenha sido ainda estabelecido este acordo, o que deverá ser feito a partir da próxima Assembléia Anual, a ser realizada em março de 2003. Considerando-se que as normas definidas na última assembléia geral, realizada em março de 2002, foram apenas quatro, assume-se que não há nenhum impedimento em considerar todas estas normas para pontuação na avaliação deste indicador.

A IX Assembléia Geral, realizada em 2002, foi a primeira Assembléia totalmente organizada e conduzida pelas lideranças comunitárias locais. Nas Assembléias anteriores, havia grande envolvimento da equipe de extensionistas do IDSM na organização do evento. Das 63 comunidades-alvo, 49 (78%) estiveram representadas, compreendendo comunidades de todos os oito setores da Reserva Mamirauá, com o registro de presença de 124 lideranças comunitárias. Nesta reunião foram aprovadas 4 normas relacionadas ao Manejo Participativo:

a) Aprovação do Regimento Interno da Assembléia Geral, regulando os trabalhos a partir da próxima assembléia em 2003;

b) Garantia do direito de voto em Assembléia somente aos representantes das comunidades (em número de 2 para cada comunidade);

c) Manutenção dos regulamentos de proteção à Jacareúba, espécie madeireira, excluindo a possibilidade de sua utilização no momento;

d) Aprovação das normas apresentadas por cada representante dos setores sobre as condições de acesso aos recursos naturais e quanto a permissão de moradia para novos habitantes, parentes ou não dos moradores locais.

As normas **a** e **b** estão vigorando desde sua aprovação, e portanto já estão postas em prática. Porém, somente no decorrer da próxima assembléia é que poderemos mensurar se estas foram efetivamente absorvidas pelos participantes.

A norma **c** está em prática em 100% da área focal da RDSM. No decorrer do período de exploração madeireira de 2002, abril a julho, não foi registrada nenhuma exploração de jacareúba.

Finalmente, com relação à norma **d**, ela está sendo posta em prática na área focal gradualmente, com distintos graus de sucesso. Em 4 (50%) dos 8 setores da Reserva Mamirauá os acordos estão sendo cumpridos em sua totalidade. Estes - Mamirauá, Jarauá, Ingá e Liberdade - são setores que apresentam melhor estrutura de organização política e onde se desenvolve grande parte das atividades dos programas de alternativas econômicas do IDSM, o que favorece a participação das comunidades e um maior apoio dos extensionistas e pesquisadores às ações de manejo sustentado dos recursos.

Em dois setores esta política não está sendo cumprida: Setores Boa União e Tijuaca. Esta dificuldade resulta do maior distanciamento destes setores que se localizam na parte noroeste da Área Focal da

reserva e principalmente pelo fato de que ainda não foram implementados programas de alternativas econômicas nestes setores.

Nos setores Horizonte e Tijuaca, as normas estão sendo acatadas parcialmente. No setor Horizonte houve o cumprimento total das normas no decorrer do primeiro semestre, no entanto no segundo semestre a praia onde se preservam os ninhos de quelônios, que vinha sendo preservada totalmente há mais de três anos, foi invadida por não-moradores e pelos próprios moradores locais. A avaliação feita posteriormente pelos moradores em reunião do setor, ressaltou que o declínio na alocação de recursos para as atividades de fiscalização no setor, até o momento uma atribuição do IDSM com recursos do MCT, foi a principal causa destas invasões.

Na pontuação dos resultados obtidos, considerando-se as ressalvas feitas acima sobre as normas **a**, **b** e **d**, pode-se dizer que pelo menos 75% das normas (3 em 4) estão postas em prática no momento, ultrapassando a meta estabelecida para este período (70%).

Indicador 1	Unidade	Peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Proporção de normas aprovadas na assembléia geral anterior, pactuados com o MCT, que foram efetivamente postas em prática ao longo do ano com apoio das comunidades.	%	3	70%	70%	75%

2.3.2. INFORMAÇÃO

Este macro processo registra as atividades desenvolvidas pelo IDSM com o objetivo de disseminar os resultados dos investimentos realizados para a conservação da biodiversidade e melhoria da qualidade de vida da população para a sociedade civil em geral. Esta disseminação compreende tanto os moradores da área de entorno das Reservas quanto os moradores das áreas urbanas próximas, organizações governamentais e não governamentais que estão direta e indiretamente envolvidas em programas de conservação.

A realização destas atividades ocorre com a participação integrada dos diversos programas do IDSM, o que tem exigido investimentos em qualificação de alguns membros da equipe na

adequação de instrumentos de comunicação. Participam pesquisadores, das áreas sociais e biológicas, extensionistas e lideranças comunitárias, que passam a atuar como agentes multiplicadores dos processos. Há também o crescente envolvimento das escolas rurais e urbanas neste processo de disseminação de informações, com a participação de agentes mirins (jovens) de educação ambiental e de educação para saúde.

No ano de 2002 foi concluída a construção do Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton (CIEAC), com recursos do Programa de Educação para Ciência do CNPq e com recursos adicionais de outras fontes de financiamento. Este centro tem uma estrutura flutuante móvel, com uma área de mais de 300 m², com salas de aula, laboratório, refeitório e alojamento para até 30 alunos e professores, e se destina a realização de atividades de disseminação dos resultados das diversas pesquisas, e envolvimento de jovens nas atividades de educação para ciência. Este centro ficou baseado em 2002 e estará ainda baseado ao longo deste ano, no Lago Tefé, e tem proporcionado o aumento nas atividades de divulgação dos trabalhos do IDSM, com envolvimento de jovens estudantes de ensino fundamental e médio da cidade de Tefé, assim como aos seus professores, que, através deste centro, tem recebido capacitação para o ensino de educação ambiental. Com estrutura móvel, o centro está planejado para ser deslocado para outros pontos da área de entorno, destacando seu caráter itinerante, e ampliar a disseminação dos resultados visando a conservação da biodiversidade.

Foram estabelecidos os dois indicadores para acompanhamento do desempenho deste Macro-processo. O primeiro é o número de tipos de produtos de disseminação de conhecimentos produzidos sobre as experiências de trabalho sobre a conservação da biodiversidade e manejo sustentado de recursos naturais

No decorrer de 2002 foram executados 11 tipos de produtos, ultrapassando em muito a meta do ano. Esses produtos podem ser distribuídos em dois grupos: os periódicos e os eventuais.

Dentre os periódicos destacamos: a) o programa de rádio “Ligado no Mamirauá” que vai ao ar duas vezes por semana com 30 minutos de apresentação a cada vez, há mais de oito anos, onde são realizadas entrevistas com pesquisadores ressaltando os resultados de suas pesquisas com comunicações diretas aos comunitários que participam desta atividade; b) a edição trimestral do boletim “O Macaqueiro” que relata os resultados dos trabalhos de pesquisa e extensão realizados no período. É distribuído nos centros urbanos da área de entorno, em todas as comunidades da reserva e para as instituições governamentais e não governamentais; c) a Home page do Instituto, localizada em www.mamiraua.org.br.

Estes produtos periódicos foram mantidos no decorrer de 2002. No entanto, pela redução do aporte de recursos financeiros observada no segundo semestre, não foi possível editar os dois números do boletim “O Macaqueiro” que se encontram prontos, aguardando recursos para a sua publicação.

O grupo dos produtos de disseminação de natureza eventual, compreende vídeos ou materiais de publicação. Estes produtos encontram-se discriminados em sua totalidade no Apêndice 1, ao final deste Relatório.

Indicador 2	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Número de tipos de produtos de disseminação de conhecimentos produzidos sobre as experiências de trabalho sobre a conservação da biodiversidade e manejo sustentado de recursos naturais	N	2	6	5	11

O outro indicador do Macro-processo é o número de eventos promovidos pelo IDSM (locais, regionais, nacionais e internacionais) de disseminação dos resultados do manejo sustentado dos recursos naturais.

Este indicador registra outro conjunto de atividades de disseminação. Desta feita são referidos os eventos que são promovidos pelo IDSM com o objetivo de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através das pesquisas sobre o manejo sustentado dos recursos, das atividades de monitoramento e das atividades dos programas de alternativas econômicas e de qualidade de vida para a população em geral, em especial para os núcleos urbanos da área de entorno das reservas.

Esta divulgação é muito importante para o fortalecimento da conscientização ambiental em defesa da conservação da biodiversidade e para o aumento da confiabilidade da opinião pública.

Tais eventos consistiram em Oficinas, Cursos de Capacitação, Encontros, e Reuniões Setoriais ou Palestras. Todos eles foram promovidos pelo IDSM, mas alguns contaram com a participação de instituições parceiras, como o Ministério da Saúde ou da Cultura, a ONG

Vaga-lume ou a ONG GPD, o Projeto Rádio Margarida da Universidade Federal do Pará, entre outros.

Foi planejada a realização de 15 eventos no decorrer do ano. Esta meta foi suplantada em 340% tendo sido realizados 66 eventos. Este largo crescimento decorreu de dois fatores: da conclusão do Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton (CIEAC) que possibilitou infra-estrutura básica para a realização destes eventos, e as importantes parcerias realizadas no período.

Dentre os eventos promovidos, 3 tiveram alcance regional, atendendo a distintos municípios da região de Tefé, no Médio Solimões. Todos estes eventos encontram-se listados no Apêndice 2.

Indicador 3	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Eventos promovidos pelo IDSM (locais, regionais, nacionais e internacionais) de disseminação dos resultados do manejo sustentado dos recursos naturais	N	2	12	15	66

2.3.3. DESENVOLVIMENTO DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS COM USO SUSTENTADO DOS RECURSOS NATURAIS

O Macro-processo de Desenvolvimento de Alternativas Econômicas com Uso Sustentado dos Recursos Naturais se refere à implantação de novas atividades ou ao incentivo de atividades tradicionais, que sejam apropriadas e de baixo impacto ambiental. Destinadas, especialmente, a atuarem como mecanismo de compensação às restrições decorrentes da regulamentação da ocupação do espaço e uso dos recursos naturais.

Estas alternativas apresentam-se também como estratégia de redução da pressão antrópica geral sobre o ambiente da Reserva. Dentro do modelo de conservação defendido pelo IDSM, a melhoria da qualidade de vida das populações humanas é fundamental para que a pressão sobre os recursos naturais seja aliviada. Afinal, o principal motivador da utilização dos recursos naturais pelos moradores ribeirinhos é exatamente gerar renda para atender às necessidades de sua família. Assim, o desenvolvimento sustentado das comunidades das

áreas protegidas é também um dos objetivos da implantação de atividades econômicas alternativas ou modificadas.

Como forma dessas alternativas se adequarem aos usos e costumes locais, e aos princípios da participação comunitária, elas devem ser implantadas e supervisionadas pelo IDSM, mas desenvolvidas (e paulatinamente gerenciadas) por organizações comunitárias de caráter associativista, e em parceria com o poder público ou representantes do setor privado.

Atualmente o IDSM desempenha a implantação de algumas alternativas econômicas dentro deste Macro-processo, representadas em 5 indicadores. Os indicadores de 4 a 8 tentam medir o desempenho destas alternativas econômicas em seu impacto sobre a população das áreas-alvo do Instituto. Busca-se tanto a abrangência das alternativas, que idealmente devem trazer benefícios para todos, quanto medidas de melhorias efetivas na vida destas comunidades ribeirinhas.

O Indicador 4 registra o número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Comercialização do Pescado – PCP. Este indicador possui peso 3, e sua situação inicial V0 refere-se ao desempenho do programa em 2001, quando beneficiava 43 famílias. A meta para o ano de 2002 foi de beneficiar 50 famílias por meio do programa.

O PCP atendeu no exercício anterior a dois setores da RDSM (Setor Jarauá e Setor Tijuaca), e um setor da RDSA (Setor Coraci), cujos pescadores reúnem-se em associações de produtores. No primeiro estão sendo atendidas 49 famílias, no segundo registram-se 72 famílias atendidas, e no terceiro 54 famílias. A soma de 175 famílias atualmente atendidas já é, portanto, bastante superior à meta anual. Também atende à Colônia de Pescadores de Município de Maraã, que realizaram pela primeira vez em 2002 a pesca manejada de pirarucus no Complexo do Lago Preto, localizado na Área Subsidiária da RDSM. Não existem registros claros de quantas famílias estão ligadas a esta pesca, e que foram portanto beneficiadas.

Ainda em 2002 foram iniciados os trabalhos para implantação de um “PCP de baixo custo” nos Setores Aranapu e Barroso, da RDSM. Nestes encontram-se cerca de 80 famílias que ainda não foram beneficiadas pois as pescas ainda não tiveram início, o que deverá ocorrer ao longo do atual exercício de 2003.

Indicador 4	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Comercialização do Pescado – PCP	N	3	43	50	175

O Indicador 5 computa o número de famílias beneficiadas com o manejo florestal comunitário – PMFC. No ano de 2001 este programa atendia a 58 famílias (V0), e a meta para 2002 foi beneficiar 100 famílias. Também é um indicador de peso 3, como o anterior.

O programa executa suas atividades em 6 setores, 13 comunidades. Atualmente o programa atende a 124 famílias, mas apenas 96 delas realizam a exploração madeireira propriamente dita. Outras 28 famílias se beneficiam do programa por intermédio da realização de cursos de capacitação em distintos aspectos da exploração sustentada. Considera-se assim que o programa ultrapassou a meta anual proposta em 24%.

Indicador 5	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Manejo Florestal Comunitário – PMFC	N	3	58	100	124

O Indicador 6 mede o número de famílias beneficiadas com as atividades de agricultura sustentada no Programa de Agricultura Familiar – PAF. Este também é um indicador de peso 3, a sua situação inicial em 2001 (V0) era de 100 famílias, e a meta para 2002 é beneficiar 120 famílias.

O programa é o que consegue estender mais amplamente sua atuação. Ele beneficiou, em 2002, 110 famílias em 19 comunidades da RDSA, e outras 145 famílias em 16 comunidades da RDSM. O total do ano foi de 255 famílias beneficiadas em vários diferentes aspectos (desde visitas técnicas e cursos de capacitação até visitas de monitoramento da produção agrícola). A meta anual foi ultrapassada em 112,5%.

Indicador 6	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Número de famílias beneficiadas com as atividades do Programa de Agricultura Familiar – PAF	N	3	100	120	255

Os indicadores 4, 5 e 6 referem-se a programas de atividades de uso sustentado de recursos que se distribuem amplamente pela RDSM e que já começam a abranger a RDSA. No caso do PAF, a RDSA já é um componente muito importante dentro das ações do programa. Mas existem outros programas de ação concentrada em alguns setores ou mesmo comunidades, como os considerados nos indicadores a seguir.

O Indicador 7 calcula o aumento do poder de compra das famílias beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo. Por ser um programa centrado em um único setor, estendendo seus benefícios a um número fixo de comunidades e a um número praticamente fixo de famílias, buscou-se registrar em que medida estas famílias têm sua renda domiciliar modificada em função da atuação do programa. Para evitar interferências de índices da inflação ou de variações na cotação de moeda estrangeira na análise, optou-se por aferir a renda em função da capacidade de aquisição de cestas básicas regionais, de composição e custo já estabelecidos e estudados pelo IDSM ao longo dos últimos 9 anos.

Como a alternativa é concentrada em um único setor, o indicador tem peso 2. No V0 registrado em 2001, o programa gerava uma renda domiciliar capaz de adquirir 17 cestas básicas e a meta anual é permitir a aquisição de 19 cestas básicas.

Ao longo do exercício de 2002 o Programa de Ecoturismo transferiu, por meio de pagamento de serviços ou aquisição de produtos, um total superior a R\$36.731,00 para 25 famílias (R\$3.599,00 em aquisição de produtos e R\$33.132,00 em pagamento de serviços), o que significa um aumento na renda domiciliar que promoveu a aquisição de 24,48 cestas básicas regionais. A meta do indicador foi suplantada em 28,9%.

Além disso, é muito importante ressaltar que também em 2002 o Programa de Ecoturismo transferiu também benefícios indiretos às 5 comunidades do Setor Mamirauá que estão envolvidas nos trabalhos do programa. Foram distribuídos R\$17.500,00 para custear atividades de fiscalização no setor. Outros R\$17.500,00 foram igualmente distribuídos entre as 5 comunidades para gastos em melhorias da qualidade de vida. Quatro comunidades utilizaram os recursos para construção e/ou reformas de Centros Comunitários, e em uma comunidade o recurso foi

utilizado na aquisição de um motor de popa para transporte da produção agrícola local.

Trata-se do primeiro programa de Ecoturismo de base comunitária no Brasil a transferir renda diretamente às comunidades como repartição dos recursos faturados pela atividade. A expectativa é de que, a partir de 2003, o montante destes recursos sejam mais vultosos.

Indicador 7	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Aumento do poder de compra das famílias beneficiadas pelo Programa de Ecoturismo	N	2	17	19	24,5

Finalmente, o Indicador 8 registra o número de famílias beneficiadas com a venda de artesanato. Trata-se de uma atividade ainda insipiente e concentrada em poucas comunidades. Assim, seu peso ainda é 1, a situação inicial em 2001 era de 24 famílias e a meta de 2002 é de 31 famílias.

O artesanato, enquanto atividade destinada à obtenção de renda é um dos mais recentes investimentos do programa de alternativas econômicas. O programa foi implantado em 1998, com a formação de grupos de mulheres em dois setores da Reserva Mamirauá, iniciando-se um programa de resgate cultural e fortalecimento das atividades econômicas para as mulheres, visando a possibilidade de mercado para os produtos artesanais com a criação do ecoturismo na Reserva Mamirauá. Antes da implantação deste programa pelo IDSM os produtos artesanais tinham reduzida possibilidade de mercado e grande parte da produção ficava restrita ao uso doméstico.

O programa inclui cursos de capacitação para a produção de produtos de cestaria, barro, entalhos de madeira e biojóias com uso de sementes típicas da região, cursos de gerenciamento contábil e de associativismo e orientação ao mercado. Os cursos inicialmente foram destinados aos grupos de mulheres, mas, há dois anos, homens e jovens estão também participando. O programa também está incluído no Programa de Micro-crédito que se destina ao financiamento dos pequenos produtores mediante aprovação da proposta pelas equipes técnicas e sociais. Nos últimos dois anos (2001-2002) foram beneficiados 39 artesãos com um valor total de R\$3.500,00, com 0% de inadimplência. Estes recursos foram oriundos de convênios com entidades não governamentais.

Por se tratar de uma atividade nova e com perspectivas de crescimento o acesso e uso dos recursos naturais está sendo acompanhado por estudos do programa de pesquisas. Face à grande procura pelos produtos de cestaria, foi dada prioridade ao estudo para o manejo do cipó-imbé *Phylodendron sp*, uma aracea hemi-epífita, cujas raízes são usadas como matéria-prima para confecção de artesanatos, como chapéus, cestas, bolsas, luminárias, paneiros, balaios entre outros. Este estudo foi concluído em 2002 e foi editado um manual com orientação para o manejo deste recurso, resultando em formas de coletas mais eficientes e melhores tratamentos para evitar desperdícios.

A atividade vem crescendo tanto em diversidade de produtos, em número de pessoas interessadas em serem capacitadas para esta atividade e em possibilidades de mercado. Agora o programa já se estende por três setores da reserva; porém, como esta atividade é recente e exige habilidades específicas, o número de famílias beneficiadas é menor do que o dos outros programas.

No ano de 2002, com a instalação de uma loja para divulgação dos produtos do IDSM no aeroporto de Manaus, que possibilitou a venda de produtos artesanais, foi criada mais uma possibilidade de comercialização. Agora são seis os pontos de venda destes produtos: loja na sede do IDSM em Tefé, loja na sede da Sociedade Civil Mamirauá, loja no aeroporto em Manaus, Chapéu de Palha, que se localiza na Reserva Mamirauá em ponto estratégico para visita dos turistas, na Associação de Mulheres do Jarauá e na AMUVA, Associação das Mulheres da comunidade de Vila Alencar, localizada também na Reserva, sendo um ponto bastante visitado pelos turistas.

A meta para 2002 era beneficiar 31 famílias neste programa. A meta foi suplantada em 9,6%, tendo sido beneficiadas 34 famílias no total.

Indicador 8	Unidade	peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Número de famílias beneficiadas com a venda de artesanato	N	1	24	31	34

2.3.4. PROMOÇÃO DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DOS MORADORES E USUÁRIOS

A melhoria da qualidade de vida da população local sempre foi compreendida como uma garantia do envolvimento desta população nos esforços perenes de conservação da biodiversidade. Partindo da constatação de que as demandas por serviços adequados de educação e, especialmente, de saúde eram os principais combustíveis para o uso desordenado dos recursos naturais, foi delineada uma estratégia clara. Se por um lado o uso do recurso passa a ser regulado por normas de manejo, e, se por outro, o fortalecimento das estruturas políticas das comunidades permitem a conquista de melhor capacidade para atender àquelas demandas mencionadas, espera-se em decorrência uma melhoria sensível na qualidade de vida local se estas estruturas forem fortalecidas, principalmente no que tange aos problemas de educação e, em especial, de saúde.

Os indicadores selecionados para representar o desempenho deste macro-processo foram relacionados a aspectos de saúde da população que são bastante dependentes de ações educativas, mas que também envolvem a introdução e apropriação de tecnologias adequadas à situação apresentada pelo meio.

O Indicador 9 apresenta o “Índice de Mortalidade Infantil” (IMI), que se refere à proporção do número de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, em relação ao número de crianças nascidas vivas no mesmo período.

Indicador 9	Unidade	Peso	V0	Metas para 2002	Alcançado em 2002
Índice de mortalidade infantil	N/m	3	43	35	36

N/m= número de mortes de crianças até um ano por cada mil crianças nascidas vivas.

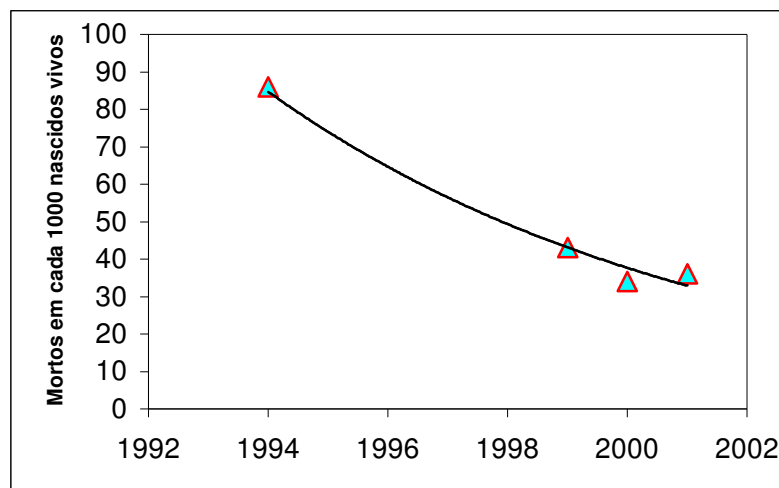
Este é um indicador sintético, pois através da sua aferição podemos avaliar como os investimentos feitos nas ações educativas, na melhoria da renda familiar e nos sistemas de tratamento da água, se refletem na redução dos óbitos infantis.

Na tabela 1 a seguir apresentamos a evolução do IMI para os anos de 1994 a 2002, o que permite avaliar a variação neste índice ao longo do período.

Anos	Taxa de mortalidade infantil (óbitos por 1000 NV)	Total de comunidades/famílias amostradas ao ano	Variação percentual no período
1994	86	40 comunidades/sítios	-50%
1999	43	46 comunidades/sítios	
2001	34	63 comunidades/sítios (1060 domicílios)	- 21%
2002	36	63 comunidades/ sítios (1081 domicílios)	+ 6%

Os dados apresentados revelam que a meta estabelecida para 2002 foi cumprida considerando-se que o índice obtido em 2002, 36/1000 está apenas um ponto acima da meta definida (35/1000) podendo esta diferença ser considerada como um registro estatístico dentro dos níveis de variação.

Deve ser ressaltado, no entanto, que a tendência a declínio nesta taxa se estabiliza a partir de 2001, conforme mostrado na figura 2 abaixo.



Os dados apresentados revelam um intenso declínio no período de 1994 a 2001, período em que foram amplamente assegurados recursos financeiros, oriundos de parceria com entidade não governamental, o que possibilitou investimentos continuados na qualificação e acompanhamento de agentes comunitários de saúde e

em especial das parteras leigas, que tornaram-se importantes agentes de apoio ao programa de redução da mortalidade infantil. Também neste período inicial foram investidos recursos para apoio aos programas de imunização básica, realizados pelo Estado, mas com limitações devido às dificuldades de deslocamento às comunidades ribeirinhas desta região amazônica. O apoio consistiu em assegurar barcos e equipes de apoio para que os profissionais de saúde do Estado pudessem realizar a campanha chegando a áreas longínquas e atingindo moradores isolados e ampliando o atendimento com atividades educativas.

Os dados indicam que este investimento deve ser mantido de forma a contribuir para a manutenção do ritmo de queda desta taxa. Os recursos destinados a este programa no decorrer do ano de 2002 foram bastante reduzidos em comparação com os períodos anteriores o que certamente contribuiu para a redução da tendência a declínio. Ressalta-se que os investimentos que estão sendo feitos, e sobre os quais projetamos as metas para os anos seguintes, limitam-se às medidas de educação para saúde primária. A redução mais acelerada deste índice vai exigir medidas relacionadas aos investimentos de tecnologias mais avançadas a serem feitos nos centros de referência nas cidades próximas.

O Indicador 10 mede o “Índice de Poli-parasitismo Intestinal (em cinco comunidades amostrais)” (IPPI). A situação inicial (V0) do indicador é de 40%, igual à meta para 2002, também de 40%. O peso do indicador é 1.

Indicador 10	Unidade	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
Índice de poli-parasitismo intestinal (em cinco comunidades amostrais).	%	1	50	40	51

A meta prevista para a redução do índice de poli-parasitismo intestinal não foi alcançada neste período. Apenas duas, das cinco comunidades amostrais monitoradas apresentaram uma pequena redução nos índices de poli-parasitismo intestinal, e mesmo assim se mantiveram abaixo do nível esperado. A meta prevista era manter o mesmo índice obtido no ano anterior, que já apresentava uma redução de 46% em relação ao início dos investimentos sociais nessas comunidades (1994) e continuar os investimentos necessários à redução deste índice esperado em maior intensidade nos próximos três anos.

A redução do índice de poli-parasitismo intestinal é de fato um grande desafio, uma vez que este é um indicador sintético das diversas ordens de investimentos que precisam ser feitos nesta direção: investimentos de infra-estrutura sanitária e de abastecimento e tratamento da água para populações ribeirinhas, e investimentos em educação para saúde e em educação ambiental, o que requer mudanças de comportamentos e de redefinição de responsabilidades sociais.

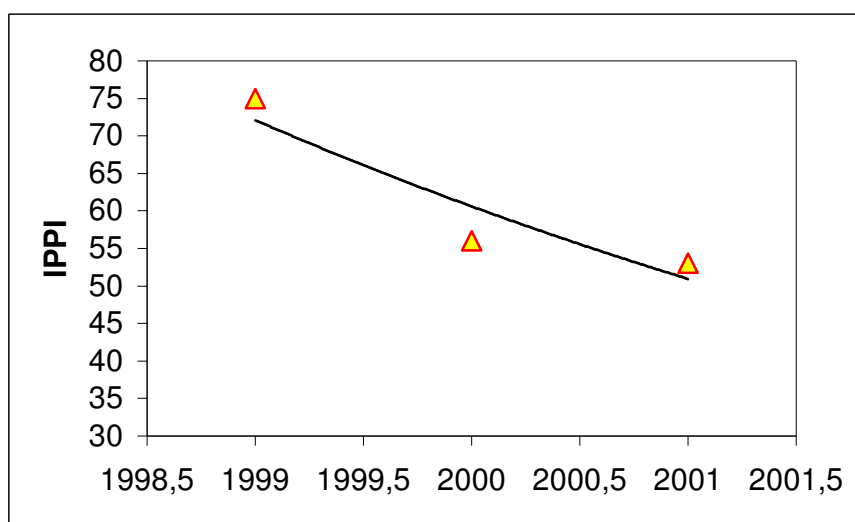
Ao longo dos dez anos de investimentos já realizados nessas comunidades estava assegurada uma parceria financeira com entidade não governamental, o que possibilitou um acompanhamento continuado das atividades relativas tanto à introdução das novas tecnologias de acesso e tratamento da água, assim como no incentivo à incorporação das novas práticas de cuidados com a saúde, em contatos familiares e em atividades nas escolas rurais.

A redução dos recursos destinados a este acompanhamento que consistia de visitas mensais às comunidades e de realização de treinamentos envolvendo agentes comunitários de saúde e principalmente dos agentes mirins (jovens) de saúde, contribuiu para a elevação dos índices em 3 das cinco comunidades monitoradas e para que não se tivesse mantido a tendência a declínio nas demais comunidades. Vale a pena ressaltar que das cinco comunidades monitoradas com esta finalidade, uma delas - a comunidade de Acari - ainda não foi beneficiada com sistema de abastecimento e tratamento de água, o que deve justificar o mais alto acréscimo percentual no índice de poli-parasitismo intestinal dentre as comunidades acompanhadas. Na tabela 2 a seguir apresentamos os índices de poli-parasitismo intestinal (*) distribuídos pelas comunidades amostrais, referentes aos anos de 2001 e 2002, com a variação percentual de alteração nos índices neste período e na figura 3 a tendência de evolução do índice está demonstrada.

Comunidades	2001		2002		Variação percentual
	População examinada	% de poliparasitismo	População examinada	% de poliparasitismo	
Jarauá	56	43	77	42	-2,33%
Barroso	45	55	45	53	-3,64%
Acarí	26	46	36	77	67,39%
Nova Colômbia	32	40	31	55	37,50%
Vila Alencar	59	30	99	45	50%
TOTAL	218	43	288	51	19%

Fonte: Banco de dados antropométrico - IDSM

* 2 ou mais parasitas intestinais por pessoa



2.3.5. PESQUISAS VOLTADAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

O IDSM-OS é também uma unidade de pesquisas do MCT. Os seus esforços estão direcionados para a pesquisa aplicada à solução de problemas específicos, no caso, a conservação da biodiversidade e o uso sustentado dos recursos naturais das áreas sob gestão do IDSM. A pesquisa científica está na base de todas as propostas de manejo executadas pelo Instituto nas áreas protegidas em que trabalha. Além disso, alguns esforços adicionais são também direcionados a aspectos mais amplos da biologia da conservação, das populações tradicionais da região, da biologia das florestas alagadas e do desenvolvimento sustentado por meio do uso adequado dos recursos naturais.

O presente Macro-processo enfatiza a necessidade de implantação ou continuidade de linhas de pesquisa que sejam relevantes para o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como das melhores formas de sua utilização, com a decorrente

melhoria do padrão de vida das populações locais com baixo impacto ambiental.

Neste escopo podem ser colocadas pesquisas de caráter mais puro ou mais aplicado, mais voltadas às ciências naturais ou às sociais, mas sempre enfocando a biodiversidade e as relações entre ela e a população humana, suas causas e suas conseqüências.

Neste sentido, o Indicador 11 contabiliza as publicações e obras científicas do IDSM e seus membros, além daquela produção de membros externos convidados que tenham estudado nas áreas protegidas geridas pelo Mamirauá, ou mesmo em outras áreas, com apoio do Instituto. São contabilizados somente os produtos já publicados, e não os aceitos para publicação ou que se encontram no prelo. O indicador tem peso 2, sua situação inicial (V0) é de 20 produtos em 2001, e a meta para 2002 foi de 25 produtos.

Indicador 11	Unidade	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
Publicações e obras científicas do IDSM	N	2	20	25	47

Durante o ano de 2002 o Instituto Mamirauá executou 47 produtos científicos, ultrapassando a meta anual em 88%. A maior parte destes produtos é de apresentações em eventos técnico-científicos ou relatórios técnicos. Mas a quantidade de publicações em veículos referenciados no Brasil e no exterior também foi bastante alta, como se nota pela tabela 3 abaixo.

Grupo	Tipo	Número
Eventos Científicos	Apresentações	19
	Publicação em Anais	3
Artigos Científicos	Periódicos Nacionais	2
	Periódicos Internacionais	6
Volumes	Livros	1
	Capítulos de livros	5
	Cartilhas	1
	Manual Técnico	1
Outros	Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias	3
	Relatórios Técnicos	6
TOTAL		47

A listagem completa da produção científica do IDSM no ano de 2002 está colocada no Apêndice 3.

O Indicador 12, por sua vez, registra os projetos de pesquisa desenvolvidos pelo IDSM no período. Este indicador envolve tanto os projetos que continuam em curso desde o último período relatado, como também os projetos iniciados durante o período de cobertura do relatório. Não é um indicador cumulativo, e por este motivo não contabiliza projetos já encerrados. O peso do indicador é 3, enquanto a sua situação inicial (V0) é de 10 projetos. A meta anual é de 20 projetos de pesquisa.

No ano de 2002 foram registrados 49 projetos de pesquisa em curso, bem acima da meta anual. Provavelmente este é um indicador que merece ter suas metas re-dimensionadas. O alto número registrado justifica-se pela permanência de vários projetos antigos que perduram e que deverão continuar indefinidamente, pois estão relacionados a processos de monitoramento de aspectos ambientais ou sociais. Além disso, há projetos de pesquisa que perduraram por mais tempo que o estimado anteriormente devido a atrasos nas liberações de recursos por parte dos agentes financiadores.

Indicador 12	Unidade	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
Projetos de pesquisa em curso desenvolvidos pelo IDSM	N	3	10	20	49

Outro fato que merece ser registrado é que em 2002 foi implantado o Fundo de Expansão das Pesquisas do Instituto Mamirauá (FEPIIM), com recursos do MCT destacados no Termo Aditivo de 2002. Este fundo lançou seu primeiro edital competitivo em março, e recebeu mais de 30 propostas de todo o país. Estas foram julgadas pelo CTC e 13 foram selecionadas. Destas apenas 10 foram habilitadas a contratação. Estamos no momento concluindo a fase de contratação, e a maioria pesquisas já estão implantadas. Isto também contribuiu para um aumento não previsto no número de projetos em curso.

O FEPIIM mostrou-se um instrumento muitíssimo eficiente para concretizar as recomendações da Comissão Tundisi para o IDSM, viabilizando o envolvimento de pesquisadores e instituições em pesquisas nas Reservas Mamirauá e Amanã, e dando um caráter de laboratório nacional ao Instituto. Neste processo, observou-se o envolvimento de várias universidades do Brasil e do exterior, outros institutos de pesquisa, ONG's, etc. Foi também possível agregar mais recursos àqueles destinados ao fundo, por meio da contrapartida oferecida pelas instituições parâcipes. Observou-se que a contrapartida

agregada mais que dobrou o volume de recursos dedicados ao fundo pelo MCT.

A estimativa é que todos os projetos aprovados sejam contratados ainda no mês de agosto ou setembro, e que o FEPIM obtenha recursos do MCT para lançar seu segundo edital competitivo no segundo semestre de 2002 ou no primeiro semestre de 2003.

Todos os projetos de pesquisa em curso no IDSM estão listados no Apêndice 4.

2.3.6. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Macro-processo de Desenvolvimento Institucional visa o desempenho da sedimentação e evolução do IDSM, e a busca de formas alternativas de garantir a perpetuação e expansão dos trabalhos iniciados em 1990 pelo antigo Projeto Mamirauá. Neste Macro-processo são utilizados indicadores relacionados a captação e uso de recursos financeiros, e o emprego e distribuição da força de trabalho dentro do contexto do Instituto.

O Indicador 13 mede a “Diversificação das fontes de financiamento (medida pela relação entre os recursos de origem governamental e os recursos totais utilizados pelo IDSM)”. Este indicador tem peso 2, e tanto a situação inicial quando a meta para todos os anos posteriores é de 50%, indicando que as partes contratantes concordaram em que os recursos de origem governamental não deverão representar mais que 50% dos recursos aplicados no Instituto Mamirauá.

A proporção obtida em 2002 foi de 27,8%.

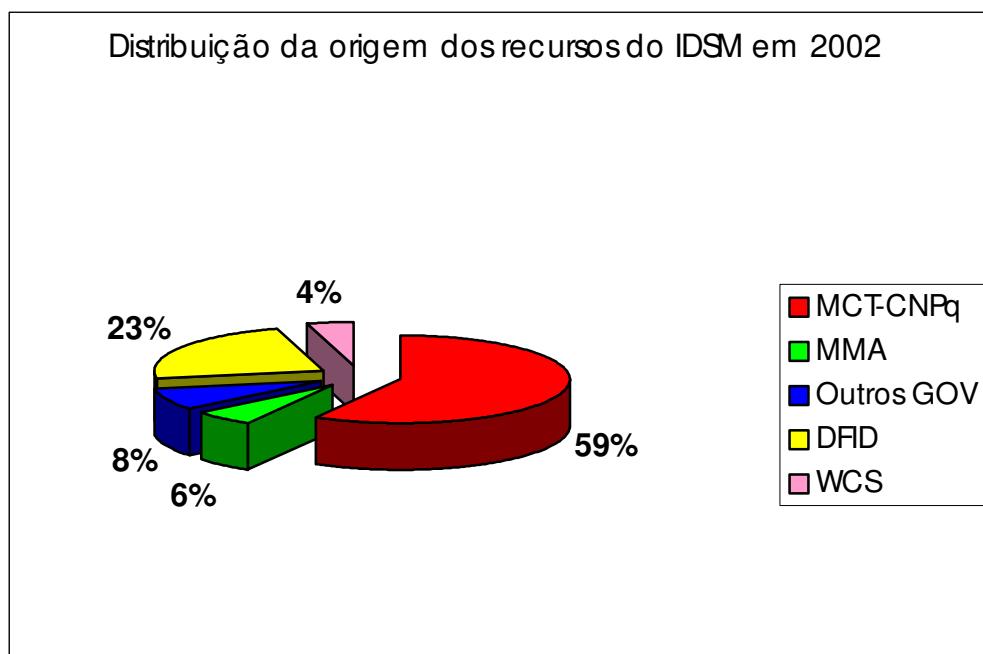
Dividiu-se o volume de recursos de origem governamental pela soma destes recursos totais utilizados no ano. Assim, o IDSM superou bastante a meta proposta ficando abaixo dos 50% esperados.

Deve-se ressaltar que o financiamento significativo do DFID foi encerrado em meados de 2002, conforme era previsto desde o início do semestre. Para o ano de 2003, caso não sejam obtidas verbas de outros financiadores externos, o desenvolvimento das atividades do IDSM estará na quase total dependência dos recursos de origem governamental transferidos pelo Contrato de Gestão com o MCT.

Indicador 13	Unidad e	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
---------------------	---------------------	-------------	-----------	---------------------------	------------------------------

Diversificação das fontes de financiamento (medida pela relação entre os recursos de origem governamental e os recursos totais utilizados pelo IDSM).	%	2	50	50	27,8
---	---	---	----	----	------

A origem dos recursos e a importância dos recursos oriundos do MCT-CNPq estão ilustrados na figura 4 abaixo.



O Indicador 14 registra a proporção de funcionários da área administrativa no total de funcionários do IDSM. O indicador tem peso 1, a situação inicial (V0) observada em 2001 era de 20%, bem como a meta anual para o ano de 2002. As metas anuais do indicador apresentam um comportamento decrescente até atingir 15% no ano de 2005.

Assim está caracterizada a intenção do Instituto de manter esta proporção sempre baixa (e decrescente) até ser estabilizada em 15%, ou menos que isso, ao final da vigência do primeiro Contrato de Gestão.

Com o término do financiamento externo, que custeava vários empregados contratados pela Sociedade Civil Mamirauá, estas pessoas

foram demitidas e somente algumas delas foram contratadas pelo Instituto Mamirauá, com recursos provenientes do Contrato de Gestão, causando um significativo aumento no quadro funcional da OS.

Atualmente o IDSM conta com 1 servidor e 97 empregados em seu quadro de pessoal, contra os 56 empregados registrados em final de 2001. Destes 97, apenas 18 estão diretamente ligados à área administrativa, 34 de apoio e os 45 restantes desenvolvem atividades fim. São considerados funcionários de apoio os vigias, zeladores de flutuantes, marinheiros, barqueiros, maquinistas, etc. Os funcionários das atividades fim são coletores de dados, extensionistas (em saúde pública, educação ambiental, manejo sustentado de recursos naturais, fiscais, guardas-parque, técnicos em informática, etc.).

Funcionários de apoio, logicamente, não são incluídos no grupo dos administrativos. Esta interpretação do indicador foi acordada com o MCT, conforme documento negociador do novo Quadro de Indicadores e Metas, pactuado no início de 2002, também como forma de solucionar a dupla interpretação que a antiga redação do indicador introduzia nas avaliações ocorridas até o momento.

Indicador 14	Unidade	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
Proporção de funcionários da área administrativa em relação ao total de funcionários	%	1	20	20	18,5

Em consequência desta interpretação, o índice calculado foi de 18,5% o que significa que o IDSM cumpriu e ultrapassou a meta pactuada para o ano de 2002.

No Apêndice 5 encontra-se a listagem dos funcionários do IDSM agrupados por tipo de função. É importante lembrar que os principais líderes dos grupos e coordenadores, tanto da área de extensão quanto da de pesquisa e monitoramento, ainda não foram incluídos no quadro de funcionários, e permanecem como bolsistas devido ao pequeno montante de recursos repassados pelo Contrato de Gestão da OS com o MCT.

2.3.7. PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE

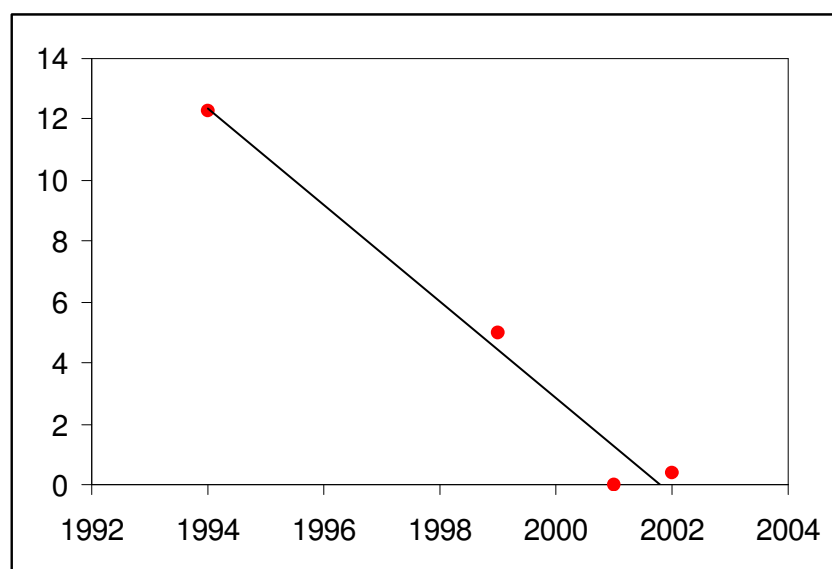
Para o Macro-processo de Proteção da Biodiversidade, pretendeu-se definir um único indicador que fosse capaz de refletir o estado de saúde dos ambientes naturais da área de atuação do IDSM. Um indicador que pudesse sintetizar os reflexos da ação do instituto

sobre a complexa biodiversidade local. Dos muitos propostos, foi selecionado o Indicador 15, que mostra que a proporção anual máxima da cobertura vegetal da(s) área(s) focal(ais) convertida por pressão antropogênica não pode ultrapassar os 5% em nenhum momento. Este indicador tem peso 3, e é considerado muito relevante. A situação inicial (V0) em 2001 era de que somente 2% da superfície total da área focal havia sido convertida por pressão humana. Este percentual está estacionado há alguns anos por conta da adoção de novas práticas de agricultura e de desmatamento de baixo impacto ambiental introduzidas pelo IDSM ao longo da última década.

Em 2001, a taxa anual de conversão de habitat foi de 0%, que fez com que a proporção da superfície convertida permanecesse em 2%. Em 2002 foi registrado um pequeno aumento na proporção de conversão de ambientes naturais para realização de plantios, ainda que dentro dos limites de variação.

Em 2002 a área média de floresta nativa primária (restingas altas e baixas) desmatada por família (N=78 famílias) foi de apenas 0,44 hectares. As roças locais são normalmente pequenas, mas as maiores são construídas ou em capoeiras ou em praias de areia ou lama. Por este motivo as áreas novas desmatadas por família são tão pequenas.

Uma evolução da área de mata nativa desmatada por família por ano, em hectares, pode ser observada na figura 5 abaixo.



Considerando este aumento na taxa de conversão na ordem de 0,4% (crescimento de área desmatada de 0 hectares para 0,4 hectares por família), e considerando que a área desmatada total da Área Focal em 2001 era de 2%, estima-se que este indicador, em 2002, tenha variado muito pouco, e atingido cerca de 2,01% da Área Focal.

Indicador 15	Unidade	Peso	VO	Meta para 2002	Alcançado em 2002
Proporção anual máxima da cobertura vegetal da(s) área(s) focal(ais) convertida por pressão antropogênica	%	3	2	Não ultrapassar 5	2,01

Desse modo, consideramos que o indicador atingiu e ultrapassou sua meta em cerca de 150% no ano de 2002.

2.4. Relatório Financeiro

O Termo Aditivo ao Contrato de Gestão do IDSM do ano de 2002 previu um crescimento de aproximadamente 18,5% em relação a 2001. Entretanto, o MCT informou-nos naquele momento que somente poderia assinar um TA no valor indicado acima, e que o restante poderia ser negociado ao longo do exercício de 2002.

Os recursos do CG começaram a ser repassados para o IDSM normalmente todos os meses. Os recursos foram aplicados ou gastos à medida que repassados, pois a estrutura administrativa, financeira e contábil já se encontrava pronta desde 2001. Atendendo às exigências dos auditores independentes e dos auditores da Secretaria Federal de Controle, foi estruturada em 2002 a Controladoria/Auditoria Interna, e o serviço de compras, dentro da Coordenação de Operações.

Houve uma grande redução nas execuções de gastos nas Reservas Mamirauá e Amanã, especialmente aqueles antes executados pela Sociedade Civil Mamirauá (SCM) uma vez que foi finalizado a cooperação técnica com o DFID (Department for International Development), que ocorria dentro do Acordo Bilateral de Cooperação Técnica Brasil-Reino Unido, e que beneficiava as atividades do antigo Projeto Mamirauá desde 1991.

Muitas tarefas foram diminuídas ou mesmo interrompidas em consequência disto. O impacto não foi maior apenas pela existência de um saldo financeiro do exercício anterior do IDSM, como demonstrado abaixo e como detalhado no Apêndice 6.

Os repasses mensais do CG deram-se normalmente até julho, quando uma redução inesperada de aproximadamente 30% dos valores contratados aconteceu. Este problema, entretanto, foi corrigido ao final do exercício de 2002.

O impacto desta redução de repasses foi brutal sobre o IDSM, pois ainda encontram-se em curso negociações com potenciais financiadores externos, e nada está acertado quanto a aportes adicionais de recursos. Deste modo, o MCT foi praticamente a única fonte de recursos durante este interstício de 2002.

Gastos com equipamentos e mesmo com materiais e suprimentos, que são uma parte importante do orçamento da OS (como pode-se ver na tabela abaixo), não podem ser executados com o atual volume de repasses mensais. Especialmente se considerarmos a necessidade de manutenção de alguns recursos em caixa para a sobrevivência da instituição durante os primeiros meses do exercício de 2003, antes do início dos repasses governamentais.

Neste momento a quase totalidade das atividades em Mamirauá estão paralisadas, aguardando uma posição do MCT quanto ao início dos repasses mensais de 2003.

É muito importante acrescentar que não foi ainda possível concluir as contratações para o corpo de funcionários, e tampouco o enquadramento destes no Plano de Cargos e Salários aprovados pelo Conselho de Administração. Isto ainda não foi feito para evitar que os gastos com pessoal ultrapassem o limite de 60% conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do Contrato de Gestão assinado em 2001. Pelo mesmo motivo, outros benefícios como seguro-saúde e seguro contra acidentes ainda não foram implementados. O único benefício implementado até o momento foi o seguro de vida.

Uma série de negociações estão em curso para obtenção de recursos financeiros externos para investimento e custeio nas atividades fim do IDSM. Mas espera-se que o CG seja capaz de arcar pelo menos com os custos de pessoal e manutenção da OS, e com o custeio deste atual interstício.

Para isto, uma nova negociação com o MCT e a assinatura de novos Termos Aditivos fazem-se necessários. Em caso contrário, a OS poderá ter as suas atividades bastante prejudicadas no atual exercício.

2.5. Outros Acontecimentos Relevantes do Período

No período de 2002, outros fatos foram muito importantes para a vida do Instituto Mamirauá. Os principais são relatados a seguir.

1- O IDSM recebeu o Prêmio Milton Santos de Saúde e Ambiente, concedido pela Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz/MS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa/MS), a Organização Pan-americana da Saúde (OPS/OMS) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) aos dez melhores programas desenvolvidos no Brasil relativos às melhores condições de saúde decorrentes de investimentos em educação ambiental. O prêmio foi concedido ao IDSM pelos relevantes trabalhos de educação em saúde com as populações ribeirinhas da Reserva Mamirauá, que resultaram na redução dos índices de mortalidade infantil e de parasitismo intestinal. O prêmio foi entregue durante a cerimônia de encerramento do II Seminário Nacional de Saúde e Ambiente, Rio de Janeiro.

2-O Diretor Geral, afastado para tratamento de saúde, foi premiado com o Conservation Biology Award for Personal Achievement, concedido pela Conservation Biology Society, durante sua reunião anual em Canterbury, Inglaterra, por suas contribuições à conservação da biodiversidade amazônica por meio do uso sustentado dos recursos naturais e pela criação de áreas protegidas.

3-O Conselho de Administração (CA) do IDSM reuniu-se ordinariamente por duas vezes, deliberando sobre vários aspectos importantes do funcionamento da instituição.

4-O Conselho Técnico Científico (CTC) do IDSM foi instalado em sua primeira reunião ordinária, na Reserva Mamirauá, e os conselheiros julgaram as propostas apresentadas no primeiro edital competitivo do FEPIM. Os membros suplentes do CTC já foram escolhidos e convidados.

5-Houve uma importante re-estruturação interna do IDSM, com a criação de uma nova diretoria (Diretoria de Alternativas Econômicas) e com a fusão de algumas coordenações e a criação de outras. Desta forma o IDSM acredita que pode melhor executar as ações de modo a atingir a missão institucional.

3.CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Todos os indicadores de desempenho adotados em 2002 mostram um resultado bastante satisfatório, e quase todos ultrapassaram suas metas. Por conta disto foi realizada uma revisão ou re-dimensionamento dessas metas ao fim de 2002 junto ao MCT, e as novas metas e indicadores são apresentados no Apêndice 7.

De qualquer modo, conclui-se facilmente que o desempenho do IDSM até o momento tem sido bastante positivo, e isto se deu especialmente porque em 2002 ainda havia o financiamento externo do Governo Britânico, e porque foi possível lançar mão do saldo financeiro do ano de 2001, dos repasses do Contrato de Gestão daquele exercício. Este é o fator principal que explica a excepcional atuação do IDSM em 2002.

Entretanto, os primeiros sintomas de problemas já são sentidos, especialmente nos indicadores do Macro-processo de desempenho da qualidade de vida. Um desses indicadores não chegou a atingir sua meta anual (embora tenha se aproximado bastante dela). De qualquer forma, os indicadores de qualidade de vida apontam para problemas decorrentes da diminuição do aporte de recursos financeiros naquelas atividades (principalmente aquelas relacionadas às ações de saúde).

A melhoria (ou ao menos a manutenção) da qualidade de vida das populações ribeirinhas das Reservas Mamirauá e Amanã é estratégica para manter-se o apoio político dispensado pela população tradicional local às ações desenvolvidas pelo IDSM. Caso este apoio seja ameaçado, uma ameaça igual ou maior imediatamente transfere-se para a conservação da biodiversidade localizada nestas reservas, que é o objetivo central destes experimentos piloto, com efeito demonstrativo tão relevante para a conservação de toda a Região Amazônica.

A única maneira de reverter estas ameaças é garantir que o Poder Público assuma definitivamente seu papel de protagonista nestas ações, tão estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. Assim, a assinatura do Termo Aditivo, o reinício dos repasses do Contrato de Gestão e a re-pactuação dos valores de 2003 (de modo a permitir a sedimentação da infra-estrutura do IDSM e a institucionalização de seu quadro de pessoal), são de fundamental importância para a sobrevivência do IDSM.

Pede-se que o Conselho de Administração do Instituto se empenhe em encaminhar estes pleitos ao órgão supervisor, o MCT, no sentido de solucionar estas pendências o mais rápido possível.